

COMPREENSÃO DO LIVRO *A IDEIA DE CULTURA*

Alessandra Ruita Santos Czapki

Unitins

alessandra.rs@unitins.br

RESUMO

Esse texto aborda a compressão do livro de Terry Eagleton, A ideia de Cultura, livro que está dividido em 5 capítulos e ao longo desses cinco capítulos o autor discute a ideia de cultura alicerçado nas perspectivas de importantes teóricos que versam sobre esse tema, apresenta conceitos de cultura e dialoga com esses autores para sedimentar a ideia de cultura em épocas diversas. O livro também argumenta sobre como as transformações ocorridas na humanidade, e como incidiram para provocar mudanças com e na cultura ao longo da história das sociedades.

EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. São Paulo: Unesp, 2005.

1º Capítulo- Versões de Cultura

O autor, nesse primeiro capítulo, faz a definição do que é cultura sob a perspectiva de diversos autores, sua complexidade, seus diversos significados e a modificação do sentido dessa palavra no decorrer das transformações históricas na humanidade. A palavra Cultura, a princípio em sua definição, denotava um processo da natureza, relacionado ao cultivo e à lavoura, mas com definições complexas... Com as transformações históricas, a semântica da palavra cultura foi se modificando e incorporando as próprias transformações ocorridas na humanidade, mudando de rural (plantio) para urbana (cultura), e a cultura passou a incorporar o sentido de cultura (saber), o que na visão do autor, sugere uma dualidade na questão do mundo do natural, do físico e do mundo das ideias do pensamento. O autor defende que cultura é uma interação da natureza com o trabalho, é também uma questão de seguir regras. O indivíduo, assim como cultiva a natureza, também cultiva a cultura dentro de si, em seu espírito, o que sugere uma afinidade entre o fazer e o pensar, entre o natural e o espiritual. Cultura, conforme Eagleton (2005), nos educa para convivermos em sociedade, exercitando a ética, a política e a cidadania, e essa unificação da forma de educarmos tem sua formação ideológica no Estado, com a intenção de pacificar o homem e moldar seu comportamento de forma dócil e cooperativa, o indivíduo ideal e civilizado, de acordo com interesses hegemônicos do Estado, para uniformizar os indivíduos coletivamente.

A palavra cultura tanto pode designar costumes de um povo (indígenas), como também formas de viver civilizadamente (dizer que alguém é um gentleman), o livro também faz distinções entre a forma como França e Alemanha utilizam o significado da palavra cultura e civilização. O Autor cita Herder, que esclarece não ser a cultura uma “narrativa grandiosa e unilinear” de toda a humanidade, mas sim, uma diversidade de formas de vidas específicas, cada uma com suas leis próprias evolutivas, específicas e diversificadas. Esse reconhecimento das diversas culturas faz frente ao etnocentrismo europeu, que destila a imaginária superioridade desse povo, em detrimento dos povos subjugados por essa cultura. Após o século XX a palavra cultura é mais utilizada para descrever tribos e vidas “selvagens” do que civilização, isso sob o aspecto da antropologia. O texto faz uma crítica sobre autores pós-modernos que pluralizam o

termo cultura, podendo ser uma forma de exercitar o racismo; e ainda, ao pós-modernismo que descaracteriza a criticidade da cultura e ressalta mais a questão plural da cultura do que a normatização e o conteúdo intrínseco das culturas.

O autor nesse primeiro capítulo, também faz uma crítica à redução da questão da cultura a um “punhado de obras artísticas”. Segundo ele, a cultura para além disso, é criatividade, são relações sociais, é dialética, é força transformadora, e é importante em quatro pontos da “crise histórica”: quando se torna fundamental para uma sociedade esfacelada; quando deixa de ser possível existir arte (cultura) em uma sociedade; quando fornece elemento para que uma sociedade busque emancipação política; e quando uma sociedade etnocêntrica tem que respeitar uma cultura que subjugou. Eagleton cita Jameson quando diz que a cultura são os outros, cultura é sempre a ideia do outro, e sempre se toma o modo de vida do outro como cultura, já que os indivíduos classificam sua vida com forma de viver humano, o outro por sua vez, é étnico e peculiar. É certo que a palavra cultura percorreu um longo caminho de transformações em seu significado, desde a sua origem etimológica, de “cultivo, lavoura”, foi definida de forma complexa por diversos autores e fez parte de definições de diversos processos da vida social, de forma consciente e inconsciente da vida humana pré-moderna, moderna e pós-moderna. Na vida pós-moderna, cultura está atrelada à imagem da vida social, à forma de absorver a estética e o consumo. Por fim, esse capítulo expõe as muitas maneiras e conceitos que definem a cultura e a separação das atividades morais e intelectuais que essas definições apresentam em diversas épocas, separação essa que somente a própria cultura é capaz de mesclar e sedimentar.

2º Capítulo – Cultura em Crise

No segundo capítulo, o autor pretende desvendar ainda mais o significado da palavra cultura, que é amplo e restrito ao mesmo tempo. O texto nesse capítulo, se propõe a ir além desses significados e explorar a ideia de cultura frente a definições vazias que reduzem o significado da palavra, ou que banalizem a ideia de cultura, numa generalização em que tudo ou todo tipo de comportamento, pode ser considerado como cultura. Dessa forma, tudo que o homem fizesse, seria considerado cultura, desde o trabalho de um funcionário em uma indústria, por exemplo, até a forma de dirigir um carro. Todas as práticas humanas tem uma significação, mas não especificamente devem ser classificadas como cultural, existe uma diferença grande entre essas duas ideias. O autor critica a definição de Taylor, de que cultura “é conhecimento, arte, moral, lei e qualquer outra capacidade humana”, e atribui essa definição como “imprudentemente liberal”, na medida em que sugere que o cultural e o social são a mesma coisa. E critica também Stuart Hall, quando define cultura como “as práticas vividas” pelo homem, é o que define quem são e como vivem. Ainda para o autor, os significados de cultura idealizados por Raymond Williams: “disposição mental e individual; desenvolvimento intelectual de toda uma sociedade; como as artes; e como o modo de vida total de um grupo de pessoas;” é ao mesmo tempo amplo, genérico e reducionista, e perde o sentido conceitual.

Outra crítica do autor é a noção local e bastante limitada da cultura fragmentada em “diversas culturas”, o que poderia ser melhor classificado como “tribos”, pois por exemplo, como esclarece o autor, sobre a “cultura dos cafés”, quem frequenta os cafés não têm necessariamente a mesma cultura, mas está generalizado sob esse termo, usado de forma universal. O autor afirma que cultura significa “o domínio da subjetividade social”, constituindo-se um espaço onde os seres humanos possam refletir sobre si mesmos e sua cultura, isso se dá por meio da religião, filosofia, literatura, Ciências Humanas, entre outros. O autor critica a visão de cultura dos pós-modernistas, uma vez que eles universalizam a ideia de cultura, e afirma que a cultura como identidade é hostil. A cultura estética é fundamentalmente elitista, porque esta se impõe de forma dominante em relação às vidas periféricas, e afirma “Enquanto alta cultura é o oposto ineficaz da política, a cultura como identidade é a construção da política por outros meios”.

O texto também discute a cultura e os grandes impérios, argumenta que houve uma cultura de genocídio, nazista elitista, mas houve também uma cultura judia de enfrentamento e resistência, de modo que na cultura não há uma identidade exclusivista. No Ocidente, a cultura não fica limitada a um tipo único, mas transcende em diversas culturas, se considera superior e acredita que pode influenciar e mudar todas as outras. As culturas podem dialogar com outras, a partir de experiências vividas com similaridades, a exemplo dos países colonizados por imperialistas, mas a cultura ocidental não tem sucesso em imaginar como vivem outras culturas como, por exemplo, os alienígenas, seres deformados, totalmente diferentes de nós humanos. O segundo capítulo também faz uma relação entre cultura e poder. Para manter o poder os governantes utilizam apenas a coerção. É preciso conhecer os governados por um poder e principalmente conhecer a subjetividade humana, para aplicar as leis de forma a internalizá-las, para tal é fundamental conhecer as mulheres, os homens, seus desejos, intenções, conhecê-los a fundo na subjetividade, e utilizar do consenso e conservar o poder e o fosso que separam pobres e ricos. O autor alerta para o perigo de um governo cada vez mais autoritário e que forças podem se opor a essa forma de governo, mas a cultura não é uma delas.

3º Capítulo – Guerras Culturais

No terceiro capítulo, o autor discorre sobre o choque entre as culturas em âmbito mundial, a guerra entre a cultura elitista e a cultura dos marginalizados; define que essa guerra extrapola os muros da acadêmica e passa a ser uma “questão de política real”, e enfatiza a questão das diferenças e a acumulação de riquezas na mão de poucos. O texto faz uma crítica à alusão de que a cultura, como arte refinada, é produzida somente no Ocidente, e que esse conceito foi ultrapassado, tendo sido o cinema um meio responsável para interação entre alta cultura que atinge a massa e todos os povos. Como as obras de arte e literatura da “alta cultura” se apresentam não interessa, o que interessa na visão do autor não é o conteúdo delas, mas sua função, sendo utilizada como pertencente e emblema de um grupo privilegiado de forma conservadora. Assim, o que importa não é o conteúdo da obra, mas como ela está sendo usada e o que ela representa.

A cultura só é cultura porque está ao alcance de todos, para ser cultura precisa também da interpretação das massas do local, não apenas da interpretação das elites; não pode pertencer somente à “alta cultura”, é preciso transcender e ultrapassar para o universal, precisa do específico do local, mas tem um “espírito universal”. A cultura não é limitada. O autor argumenta que o Estado como nação é a relação entre política e cultura. Pertencer a um local, uma tribo, uma nação. A unidade e soberania de uma nação é construída culturalmente, e a cultura nacionalista eleva uma nação ao status global e gera cidadania do mundo, o local ganha espaço ao invés de ser descartado. A cultura necessita do Estado-nação para se tornar única, uma vez que o Estado é a autoridade que pode estabelecer uma cultura unificada, e as guerras surgem da intolerância do não respeito às culturas diferentes, e as disputas por território e imposição de culturas, Terry Eagleton (2005) afirma que o capitalismo transnacional enfraquece o nacionalismo, porque permite as migrações, e ao mesmo tempo as mesclas das culturas em um mundo cosmopolita, e ainda, a isolamento, ansiedades, e conflitos entre povos e culturas.

A civilização Ocidental acelera a crise da cultura na atualidade, uma vez que, segundo Eagleton (2005) para se impor e se auto afirmar: “desinraiza” comunidades inteiras, engendra pobreza e desemprego, solapa sistemas tradicionais de crença e cria grandes ondas de migração, provocando protesto e conflitos que causam estragos no Ocidente. E ainda, utiliza da religião para difundir essa ideia de imposição de um pensamento e comportamento superior por meio do cristianismo, e os países fundamentalistas utilizam da religião para defender suas crenças o que “inspirará homens e mulheres à ação militante em defesa de sua sociedade”, mas a cultura Ocidental, a todo tempo, fundamenta-se lembrando para o resto do mundo sua importância, valores e superioridade. Mas a cultura Ocidental a todo tempo fundamenta-se lembrando para o resto do mundo sua importância, valores e superioridade. Dessa forma, se você não sabe quem você no ocidente o pós-modernismo lhe dirá, nas áreas menos abastadas é preciso que você crie condições para descobrir a espelho do que o capitalismo determina, o que acontece atualmente segundo o autor é que “uns estão seguros de quem são e outros demasiadamente poucos, e na pós modernidade os espaços são cosmopolitas e híbridos que valorizam “estilos de vida”.

A cultura na contemporaneidade se tornou uma forma de afirmação e novas formas de domínio, e no mundo atual há processo que une os povos mas também pode separá-los, como a internet, a exclusão e o capitalismo, e a cultura ainda tem condicionantes que fazem como que ela se modifique, e seja corroída e tenha sua espiritualidade esvaziada, como por exemplo, a cultura como mercadoria que cria uma divergência com a cultura da identidade, todos essas culturas são discutidas pelos autor, no final desse capítulo o autor ainda argumenta sobre a cultura de oposição, que pode ser produzida pela alta cultura, pela cultura pós-moderna e pela cultura de identidade ou variáveis dessa três, e afirma que o sucesso da cultura no mundo contemporâneo depende das ações políticas mais amplas.

4º Capítulo- Cultura e Natureza

Nesse capítulo o autor afirma que existe dialética na natureza e na cultura, utiliza de diversos exemplos para mostra que: sentimentos, estado de espírito e significados, podem determinar e mudar o que corpo humano sente fisicamente. Mas afirma que, apesar das emoções interferirem a natureza tem a vitória final sobre os indivíduos que é a morte. E mesmo que a morte tenha significados culturais, ainda é um fim biológico natural. Desse fato, decorre a preocupação das pessoas, em especial os americanos de classe média com doenças e boa forma e tudo relativo a “corpos”, inclusive publicações a respeito, mas, a pesar disso somos finitos.

O autor afirma que entender o corpo como uma construção cultural é insistência da pós-modernidade, o homem está desconsiderando o “homem racional e valorizando o animal flexível e automoldado,” sob a perspectiva de fixação e cultivo do corpo erigido na sociedade norte americana. A questão do cuidado com o corpo nos Estados Unidos da América é excessivo, essa é uma sociedade que não gosta de fracassos ou sofrimentos, e vive culturalmente com uma versão deturpada de um mundo limpo, brilhante e sem problemas.

Para o autor “não se pode falar de uma dialética entre natureza e cultura”, já que a natureza é cultural. O autor cita o italiano Timpanaro que diz que o biológico sempre é visto como mediado pelo social e que o biológico não é nada e o social é tudo, mas o que isso seria uma definição idealista. Para Eagleton (2005) a crença de que tudo é cultural é relativo, aponta que o local e o universal não são polos como afirma o pós-modernismo, e diz que se todas as culturas são relativas, então são também etnocêntricas.

O autor faz uma crítica a não aceitação do natural, e o pós-moderno utiliza o termo “natural” como pejorativo, o que também é criticado por ele, afirma que as ciências humanas insistem em manter a ciência como positivista e derrubá-la. O culturalismo também tende a dispensar o natural, afirma que somos totalmente culturais “absolutiza” a cultura, essa é a tendência quando acreditamos que a cultura se estende por tudo. O autor aponta que sentimos que a natureza não é para nós “humanos culturais”, mas para os outros animais que não apreende seus contextos culturais. Ainda esclarece que os humanos são mais destruidores que os tigres, porque ao contrario desses, desconsideram a sensibilidade e matam sua própria espécie, e por meio da linguagem ferem e destroem os pares.

Sob essa visão, é que se entende que, na verdade somos seres naturais e culturais, essas se completam de maneira necessária, não nascemos culturais, mas o nascimento é natural faz parte da reprodução humana, e por necessidade criamos e estabelecemos a cultura que é fundamental para a sobrevivência humana. O corpo é matéria é natural e é individual, a sociabilidade é natural é necessidade física do homem, e se impõe mais que a cultura, os homens são diferentes fisicamente, mas tem as mesmas capacidades para o trabalho, a linguagem e o culto ao corpo, que são coisas culturais. O culto ao corpo é construído socialmente pelo pós-moderno, apesar de querer desconsiderar o natural que é o próprio corpo e suas funções, e esse culto ao corpo excessivo relega ao abandono a ideia de política de resistência global, e dá espaço para o alargamento da política de dominação capitalista.

5º Capítulo- Rumo a uma cultura comum

Nesse capítulo o autor abre o texto fazendo uma referência aos escritos de T.S. Elliot em paralelo aos de Willian. Eagleton (2005) Aponta que na visão de Elliot o conceito de cultura oscila, pois ele entende que cultura é: “o modo de vida de um determinado povo vivendo junto em um certo lugar”, argumento que para Elliot cultura não é um modo de vida, mas o “modo total de vida” abrange desde o nascimento até a morte. A cultura para esse autor está ligada ao inconsciente, ele enfatiza que a cultura é vivida de forma inconsciente pelo povo, e que cultura como consciência, é privilégio de um círculo educado, essa ideia é criticada por Eagleton (2005). O autor acrescenta que na visão de Bourdieu a cultura é hábitos. Sobre as ideias de Elliot acerca da cultura, o autor diz que, Elliot reconhece que as pessoas comuns são influenciadas pelos modos de vida e a religião, e a cultura e a ideologia operam mais por meio de emoções e instintos do que por meio da razão e da mente. Esse autor na visão de Eagleton (2005), entende que a sociedade ideal e aquela em que todos partilham a mesma cultura, mas a elite que será responsável que será responsável pelo desenvolvimento complexo da cultura no nível da consciência e sua transmissão, nessa perspectiva os intelectuais da elite ficam com as obras de arte e o povo no sentido da antropologia ficam com a cultura, e elas se completam e se nutrem nessa sociedade ideal para Eliot.

O autor nesse capítulo, discorre sobre a cultura para Willian, para ele “a cultura é uma rede de significados e atividades partilhadas jamais autoconsciente”, diferente de Eliot, a cultura só possível somente quando feita na perspectiva do coletivo. Para Willian, mais importante que a “política cultural e a política da cultura”, a cultura é produto da política. Eagleton (2005) discorda desse pensamento, e afirma que a cultura não é inerente a política, e diz porque: “não há nada de política em organizar uma exposição de artefatos africanos”, por exemplo.

Segundo o autor desse capítulo, esse conflito entre cultura e política foi suscitado e discutido nos anos 60, nos anos 70 e 80 surge a pós-modernidade, a cultura pós-moderna, ao contrário da “alta cultura” dita para os intelectuais, é uma cultura sem classes que não privilegia essa separação, uma vez que, ela é voltada para incentivar o consumo e o fomento ao sistema de produção, que paradoxalmente exige uma divisão de classe para se estabelecer. Na pós-modernidade há uma expansão da cultura por meio do social, tudo na vida pós-moderna é social, é cultural, a política virou espetáculo, e as mercadorias voltadas para o estético e o consumo canonizado e valorizado.

A cultura foi supervalorizada, para tornar-se uma cultura de massa comercialmente fomentada, essa cultura é antítese da “alta cultura”, ela viola a base moral da vida social, reforçando a superioridade da vida ocidental, reduzindo o mundo ao capital transnacional, unificando os modos de vida por meio do consumo. Para Eagleton (2005), os problemas da humanidade são basicamente os mesmos: fome, guerras, desenraizamento populacional, acrescidos na contemporaneidade das drogas, armamentos nucleares, entre outros. Esses problemas têm um lado cultural, uma vez que, cultura também é aquilo que vivemos e para que vivemos. A cultura na visão do autor também é: “afeto, memórias, parentesco, pertencimento, satisfação emocional”. Dessa forma, é preciso que a cultura seja centralidade em um contexto

político sério, esclarecido e comprometido, para que ela perca a arrogância adquirida e possa recobrar seu significado na vida humana.

Recebido em 27 de novembro de 2017.
Aceito em 12 de dezembro de 2017.